



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

IV CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

Instruções:

- Verifique, com muita atenção, este Caderno de QUESTÕES que deve conter 20 (vinte) questões objetivas e 01 (uma) questão discursiva. Constatando qualquer anormalidade (impressão defeituosa, página sem impressão), solicite imediatamente a substituição do caderno.
- É obrigatório o uso de máscara facial durante todo o período da prova;
- Todos os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados e guardados juntamente com o candidato.
- Esta prova tem duração de 3 horas, que deverão ser utilizadas para a realização da prova objetiva, discursiva e, inclusive, para a marcação do cartão de respostas;
- É absolutamente vedada a consulta a doutrina, legislação ou jurisprudência;
- Os candidatos deverão preencher a folha de resposta com nome, R.G. e assinatura;
- As alternativas escolhidas deverão ser assinaladas **à caneta** na folha de respostas. Não serão permitidas rasuras;
- Os candidatos poderão levar as folhas de prova ao final;
- A folha de respostas e prova dissertativa deverão ser entregues ao final, para correção;
- Qualquer conduta ilícita ou em desacordo com as normas deste certame implicará a eliminação do candidato;
- A prova e o gabarito oficial serão publicados no site da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes no dia **13 de janeiro de 2021**, assim como o espelho de correção da dissertação;
- O resultado final e a classificação serão publicados, também no site da Prefeitura, na data provável de **29 de janeiro de 2021**.

BOA SORTE !



DIREITO ADMINISTRATIVO

1. No que se refere ao regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis exclusivamente aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

b) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.

c) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

d) a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, com distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data.

2. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações), nos processos de licitação poderá ser

estabelecida margem de preferência para:

a) bens produzidos no âmbito do Município licitante.

b) bens produzidos ou prestados por empresas integrantes do Mercosul.

c) bens produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia na Zona Franca de Manaus.

d) bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

3. Os contratos regidos pela Lei 8.666/93 (Lei de Licitações) poderão ser alterados por acordo das partes, com as devidas justificativas. Nesse sentido, assinale a alternativa que não corresponde a uma das hipóteses permitidas.

a) quando necessária a modificação da forma de licitação em que houve a contratação, por imposição de circunstâncias antecedentes.

b) quando conveniente a substituição da garantia de execução.



c) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

4. Estão previstos no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil os princípios que regem a administração pública. Indique a alternativa que não traz um princípio expresso nesse dispositivo.

- a) Legalidade.
- b) Publicidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Motivação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

5. Assinale a alternativa que não corresponde a um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

b) garantir o desenvolvimento nacional.

c) a solução pacífica dos conflitos.

d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

6. No que se refere aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa incorreta:

a) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

b) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

c) são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.



d) conceder-se-á *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

7. Abaixo estão listadas algumas das competências originárias do Supremo Tribunal Federal. Assinale a alternativa que não corresponde a uma dessas hipóteses.

a) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.

b) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.

c) julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

d) julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

8. Nos termos da constituição federal, assinale a alternativa correta:

a) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em um único turno, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

b) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

c) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

d) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal.

DIREITO CIVIL

9. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa incorreta:

a) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões em caso de dolo ou erro.

b) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de



conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

c) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

d) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.

10. Conforme estabelece o atual Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

a) Aqueles que por enfermidade ou doença mental não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

b) Aqueles que mesmo por causa transitória não puderem exprimir sua vontade.

c) Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.

c) Os menores de 16 (dezesseis) anos.

11. De acordo com o atual Código Civil, nas obrigações alternativas:

a) A escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.

b) A escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.

c) Pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.

d) Pode o credor obrigar o devedor a receber parte em uma prestação e parte em outra.

12. Acerca da responsabilidade civil, prescreve o Código Civil que:

a) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou dispuserem de meios suficientes.

b) Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

c) O dono, ou detentor, do animal sempre ressarcirá o dano por este causado.

d) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13. No que se refere ao pedido, é correto afirmar que:

a) O pedido deverá ser certo e compreende-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas sucumbenciais, inclusive os honorários advocatícios.

b) Na reconvenção, o pedido poderá ser indeterminado, já que o réu da ação principal fará menção ao pedido do autor.

c) Apenas nas ações universais, quando o autor puder individualizar os bens demandados, o pedido poderá ser formulado de forma genérica.

d) É lícita a cumulação de pedidos, em um único processo, contra o mesmo réu, desde que sejam compatíveis entre si, mesmo que não seja competente para o conhecer deles o mesmo juízo.

14. De acordo com a Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil (CPC), sobre o processo de execução:

I. O juiz pode, em qualquer momento do processo, determinar que sujeitos indicados pelo exequente forneçam informações em geral relacionadas ao objeto da execução, tais como documentos e dados que tenham em seu poder, assinando-lhes prazo razoável.

II. A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça será promovida nos próprios autos do processo.

Está(ão) correto(s):

a) Somente o item I.

b) Somente o item II.

c) Nenhum dos itens.

d) Todos os itens.

15. Nos termos da Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil, os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:

I. Em que o exija o interesse público ou social.

II. Que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.

III. Em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.

Está(ão) correto(s):

a) Somente o item I.

b) Somente o item II.

c) Somente os itens I e III.

d) Todos os itens.



16. Conforme o Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
- b) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, mesmo que um deles já tenha sido julgado.
- c) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- d) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

DIREITO TRIBUTÁRIO

17. De acordo com a Lei 6.830/80, é correto afirmar que:

- a) o executado poderá oferecer embargos à Execução Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da citação.
- b) no executado poderá oferecer embargos à Execução Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do depósito.
- c) o executado poderá oferecer embargos à Execução Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do seu comparecimento espontâneo no processo.

d) o executado poderá oferecer embargos à Execução Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do parcelamento do débito.

18. Considerando a Lei nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional, quanto ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, é correto afirmar:

- a) Contribuinte do imposto é apenas o proprietário do imóvel.
- b) A base do cálculo do imposto é o valor fundiário.
- c) Tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- d) Na determinação da base de cálculo, se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

19. Segundo o Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.



b) As contribuições de melhoria são classificadas como tributos.

c) As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar taxas uns dos outros.

20. Conforme o Código Tributário Nacional, analisar os itens abaixo:

I. A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário.

II. A prescrição e a decadência extinguem o crédito tributário.

III. A remissão suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Estão **corretos**:

a) Somente os itens I e II.

b) Somente os itens I e III.

c) Somente os itens II e III.

d) Todos os itens.



FOLHA DE RESPOSTAS

<u>1)</u> (a) (b) (c) (d)	<u>11)</u> (a) (b) (c) (d)
<u>2)</u> (a) (b) (c) (d)	<u>12)</u> (a) (b) (c) (d)
<u>3)</u> (a) (b) (c) (d)	<u>13)</u> (a) (b) (c) (d)
<u>4)</u> (a) (b) (c) (d)	<u>14)</u> (a) (b) (c) (d)
<u>5)</u> (a) (b) (c) (d)	<u>15)</u> (a) (b) (c) (d)
<u>6)</u> (a) (b) (c) (d)	<u>16)</u> (a) (b) (c) (d)
<u>7)</u> (a) (b) (c) (d)	<u>17)</u> (a) (b) (c) (d)
<u>8)</u> (a) (b) (c) (d)	<u>18)</u> (a) (b) (c) (d)
<u>9)</u> (a) (b) (c) (d)	<u>19)</u> (a) (b) (c) (d)
<u>10)</u> (a) (b) (c) (d)	<u>20)</u> (a) (b) (c) (d)

Nome completo: _____

Rg.: _____

Assinatura: _____

